

## DESTAQUES

---

### **Nova proposta de reforma da previdência.**

Na quarta-feira (20) o presidente da República, Jair Bolsonaro, entregou aos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara, Rodrigo Maia, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 6/2019) que sugere mudanças no sistema previdenciário. A nova proposta já foi encaminhada para a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, que deverá analisar sua constitucionalidade. Após, será constituída Comissão Especial para discussão e votação do mérito da proposta.

Antes de ser encaminhada para o Senado Federal, a proposta deverá ser aprovada, em 2 turnos, pelos deputados em plenário.

Em entrevista coletiva, a equipe do Ministério da Economia informou que ainda serão encaminhados ao Congresso Nacional dois projetos de lei que complementarão a nova previdência.

Os dois PL's, que ainda estão sendo redigidos pelo Poder Executivo, tratarão sobre fraudes e cobrança dos devedores; e as novas regras para os militares.

### **Ministro da Justiça apresentou pacote anticorrupção**

3 projetos de lei propostos pelo Ministro da Justiça Sérgio Moro, que tratam de alterações legislativas referentes a questões criminais.

Os projetos foram cadastrados com os seguintes números:

**PL 881/2019**, que altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para criminalizar o uso de caixa dois em eleições;

**PL 882/2019**, que estabelece medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência a pessoa;

**PLP 38/2019**, que altera o Decreto-Lei nº 3.689/1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 4.737/1965 - Código Eleitoral, para estabelecer regras de competência da Justiça Comum e da Justiça Eleitoral.

As proposições aguardam distribuição para as Comissões temáticas da Câmara dos Deputados. Após, serão designados os relatores que deverão analisar os textos.

### **Novo líder do governo**

O senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) foi nomeado líder do governo no Senado. Ele afirmou que vai se reunir com o presidente da República, Jair Bolsonaro, e o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, para detalhar as prioridades na Casa.

### **Comissões do Senado devem ouvir 14 ministros do governo Bolsonaro**

Catorze ministros e um ex-ministro do governo Jair Bolsonaro devem ser ouvidos em audiências públicas promovidas pelas comissões permanentes do Senado para falar das prioridades e diretrizes das suas pastas.

### **Primeira mulher presidirá a CCJ do Senado**

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) foi eleita para presidir o principal colegiado da Casa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Será a primeira vez que uma mulher comandará a CCJ.

A CCJ tem 27 membros, um terço da composição do Senado. Ela é responsável por opinar sobre a legalidade e a constitucionalidade dos projetos e por opinar sobre os recursos apresentados contra decisões da Presidência da Casa. Também é a comissão encarregada de sabatinar e dar parecer sobre indicações de ministros do Supremo Tribunal Federal e do procurador-geral da República.

O senador Jorginho Mello (PR-SC) será o vice-presidente da CCJ.

### **Câmara conclui votação do projeto sobre cadastro positivo**

O Plenário da Câmara dos Deputados concluiu a votação do PLP 441/2017, que torna compulsória a participação de pessoas físicas e jurídicas no chamado cadastro positivo.

O projeto sofreu mudanças durante sua tramitação na Câmara e por isso retorna ao Senado, que analisará as modificações.

Os deputados já haviam aprovado o texto principal do Projeto em maio do ano passado, mas, faltava votar os destaques, que foram todos rejeitados, em Plenário.

Segundo o substitutivo aprovado, de autoria do ex-deputado Walter Ihoshi, tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas passarão a ter um cadastro aberto por gestoras de dados, que poderão receber informações das empresas em geral com as quais foram feitas transações comerciais, além das instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central e as concessionárias de água, luz, gás, telecomunicações e assemelhados.

---

# INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA

---

## FEDERAL

### CONGRESSO NACIONAL - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 872/2019

Altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, para prorrogar o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública. Autor: Poder Executivo.

### CÂMARA DOS DEPUTADOS - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7/2019

Susta o Decreto nº 9.642/2018, que 'Altera o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, para dispor sobre a redução gradativa dos descontos concedidos em tarifa de uso do sistema de distribuição e tarifa de energia elétrica'. Autor: deputado Heitor Schuch (PSB/RS).

### CÂMARA DOS DEPUTADOS - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 20/2019

Dispõe sobre a realização de plebiscito para decidir sobre a reestatização da Companhia Vale S.A. Autor: deputado Rogério Correia (PT/MG).

### CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 36/2019

Susta dispositivos do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências, e a Instrução Normativa IBAMA nº 3, de 23 de janeiro de 2018, que estabelece os procedimentos para a aplicação da medida cautelar de destruição ou inutilização de produtos, subprodutos ou instrumentos utilizados na prática da infração ambiental. Autor: dep. José Medeiros - PODE/MT.

### CÂMARA DOS DEPUTADOS - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6/2019

Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. Autor: Poder Executivo.

### CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 9/2019

Institui o Imposto sobre Grandes Fortunas, nos termos do art. 153, inciso VII, da Constituição Federal, e dá outras providências. Autor: dep. Danilo Cabral - PSB/PE.

### CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 15/2019

Altera a Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, e a Lei nº 6.830 de 22 de setembro de 1990, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências. Autor: dep. Natália Bonavides - PT/RN.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 27/2019**

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Autor: dep. André Figueiredo - PDT/CE.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 28/2019**

Altera a Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, para incluir os empreendimentos do setor de energia elétrica entre as prioridades de investimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE. Autor: deputado Ricardo Teobaldo (PODE/PE).

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 30/2019**

Altera o Inciso VI do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123, de 2006, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências. Autor: Maurício Dziedricki - PTB/RS.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 38/2019**

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para estabelecer regras de competência da Justiça Comum e da Justiça Eleitoral. Autor: dep. Poder Executivo.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 39/2019**

Altera a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, para instituir o Relatório Simplificado de Arrecadação Tributária, a ser divulgado pelos Poderes Executivos federal, estaduais, distrital e municipais, nos termos que especifica. Autor: dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança - PSL/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 13/2019**

Institui o Programa de Incentivo a Relatos de Informações de Interesse Público e de Proteção ao Reportante, a Ação de Extinção de Domínio, e modifica o Código Penal, a Lei de Crimes Hediondos, a Lei de Improbidade Administrativa, a Lei dos Partidos Políticos, o Código Eleitoral, a Lei de Lavagem de Capitais e a Lei das Eleições para estabelecer medidas de combate à corrupção e à impunidade.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 16/2019**

Altera o art. 223-G da Consolidação das Leis Trabalhistas para modificar o critério de parametrização das indenizações advindas de danos extrapatrimoniais ocorridos em relações laborais. Autor: dep. Aliel Machado - PSB/PR; Weliton Prado - PROS/MG; Danilo Cabral - PSB/PE e outros.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 39/2019**

Estabelece mecanismos de seguro para garantir o interesse público nos processos de licitação e a correta aplicação dos recursos públicos. Autor: deputado Kim Kataguiri (DEM/SP).

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 68/2019**

Institui a Política Nacional de Dados Abertos e dá outras providências. Autor: deputado Rodrigo Agostinho (PSB/SP).

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 69/2019**

Disciplina a ação civil de extinção de domínio, por meio da qual poderá ser decretada a perda civil de bens, direitos e valores que sejam provenientes de infração penal, ou de outras atividades ilícitas, ou que estejam relacionados com a sua prática na forma desta lei. Autor: dep. Rodrigo Agostinho - PSB/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 70/2019**

Tipifica a corrupção privada no ordenamento jurídico brasileiro. Autor: dep. Rodrigo Agostinho - PSB/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 72/2019**

Altera a Lei n. 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores. Autor: dep. Rodrigo Agostinho - PSB/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 78/2019**

Dispõe sobre o seguro-garantia de execução de contrato na modalidade segurado setor público, determinando sua obrigatoriedade em todos os contratos públicos de obras e de fornecimento de bens ou de serviços, de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais), alterando a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer o limite de cobertura do seguro-garantia em 100% (cem por cento) do valor do contrato. Autor: dep. Rodrigo Agostinho - PSB/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 81/2019**

Altera dispositivos da Lei nº 12.846/2013 para prever a restituição de incentivos financeiros (clawback) devidos ou pagos a dirigentes e administradores, em caso de atos cometidos contra a administração pública. Autor: deputado Rodrigo Agostinho (PSB/SP).

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 84/2019**

Altera dispositivos da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, para estimular as empresas à adoção de programas de integridade. Autor: dep. Rodrigo Agostinho - PSB/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 85/2019**

Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para acrescentar disposições que tornam obrigatória a exigência de programa de integridade para a contratação com a Administração Pública em geral. Autor: deputado Rodrigo Agostinho (PSB/SP).

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 86/2019**

Dispõe sobre a prerrogativa dos órgãos de controle interno e externo de auditar as participações societárias minoritárias de empresas públicas, sociedades de economia mista ou suas subsidiárias. Autor: dep. Rodrigo Agostinho - PSB/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 89/2019**

Altera a Lei n. 12.529, de 30 de novembro de 2011, dispondo sobre a responsabilização civil e administrativa de pessoas jurídicas por corrupção privada. Autor: dep. Rodrigo Agostinho - PSB/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 94/2019**

Institui o confisco alargado ou perda ampliada no Brasil. Autor: dep. Rodrigo Agostinho - PSB/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 100/2019**

Altera a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, para adequar as penas previstas para os crimes de licitação. Autor: dep. Rodrigo Agostinho - PSB/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 101/2019**

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para majorar as penas de crimes contra a administração pública, estabelecer uma causa geral de aumento de pena para crimes de "colarinho branco" e condicionar benefícios penais nesses casos ao ressarcimento do dano; e altera dispositivos para suprimir a regulação específica do crime de corrupção em leis especiais.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 102/2019**

Altera o art. 39 da Lei n. 8.038, de 28 de maio de 1990, quanto aos procedimentos relativos ao agravo regimental. Autor: dep. Rodrigo Agostinho - PSB/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 106/2019**

Altera a Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, e a Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, para dispor sobre acordos relacionados a atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Autor: deputado Rodrigo Agostinho (PSB/SP).

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 107/2019**

Institui no Brasil a notificação para explicar riqueza incompatível com a renda e capacidade econômica de seu detentor. Autor: dep. Rodrigo Agostinho - PSB/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 115/2019**

Institui a "Lei da Transparência Tributária", dispondo sobre fornecimento de informações relativas à arrecadação tributária federal. Autor: dep. Renata Abreu - PODE/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 129/2019**

Altera dispositivo da Lei nº Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Autor: dep. Renata Abreu - PODE/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 136/2019**

Institui a "Lei da Transparência Tributária", dispondo sobre fornecimento de informações relativas à arrecadação tributária federal. Autor: dep. Renata Abreu - PODE/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 146/2019**

Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter educacional e altera as Leis nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995 e nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Autor: deputada Renata Abreu (PODE/SP).

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 153/2019**

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, para prever requisitos para a concessão ou renovação da licença ambiental. Autor: dep. José Nelto - PODE/GO.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 162/2019**

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade de concessão de descontos pelo pagamento antecipado de faturas referentes a serviços concedidos, aos usuários pessoa física, empresa de pequeno porte e microempresa. Autor: dep. José Nelto - PODE/GO.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 173/2019**

Institui o Programa Nacional de Igualdade de Gênero nas relações salariais e de trabalho, cria o selo Empresa Machista e dá outras providências. Autor: deputada Fernanda Melchionna (PSOL/RS).

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 176/2019**

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para estabelecer políticas que contribuam com a empregabilidade do idoso. Autor: deputado Igor Timo (PODE/MG).

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 177/2019**

Dispõe sobre o apoio tecnológico a micro e pequenas empresas e dá outras providências. Autor: dep. Igor Timo - PODE/MG.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 181/2019**

Tipifica o crime de corrupção privada. Autor: dep. Igor Timo - PODE/MG.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 182/2019**

Acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para tornar obrigatória a comprovação de realização de programa de integridade aos participantes das contratações de grande vulto com a Administração Pública. Autor: deputado Igor Timo (PODE/MG).

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 183/2019**

Acrescenta o inciso XI ao art. 7º e o art. 24 à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para estabelecer a dispensa de pagamento ou restituição à pessoa jurídica de parcela diretamente relacionada com os resultados da empresa devidas ou pagas ao dirigente, administrador, conselheiro e demais pessoas com poder decisório que tenham participado dos atos lesivos previstos na Lei. Autor: dep. Igor Timo - PODE/MG.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 189/2019**

Acrescenta o inciso III, no artigo 1º, da Lei 11.770 de 9 de setembro de 2008, que cria o Programa Empresa Cidadã, para ampliar a estabilidade provisória gestacional. Autor: dep. Roberto de Lucena - PODE/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 207/2019**

Altera a Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Autor: dep. Roberto de Lucena - PODE/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 219/2019**

Define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado, e dá outras providências. Autor: dep. Roberto de Lucena – PODE/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 231/2019**

Altera as Leis nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para ampliar as fontes de financiamento do setor turístico. Autor: deputado Roberto de Lucena (PODE/SP).

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 236/2019**

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Autor: dep. Ney Leprevost – PSD/PR.



### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 253/2019**

Altera a redação do § 1º do art. 510-C da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para regulamentar a formação da comissão eleitoral para eleição da comissão de representação dos empregados. Autor: dep. Maria do Rosário - PT/RS.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 254/2019**

Dá nova redação ao art. 840 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre os requisitos da reclamação trabalhista. Autor: dep. Maria do Rosário - PT/RS.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 264/2019**

Altera o artigo 24, incisos I e II da Lei 8666/93. Autor: deputado Márcio Labre (PSL/RJ).

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 273/2019**

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para revogar o contrato de trabalho intermitente. Autor: dep. Rubens Otoni – PT/GO.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 276/2019**

Acrescenta dispositivos ao Código Penal, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 para tipificar a retenção salarial. Autor: dep. Rubens Otoni – PT/GO.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 278/2019**

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, revogando-se os §§ 2º e 3º do art. 8º, o art. 611-A, e o art. 611-B, para estabelecer que o negociado terá primazia sobre o legislado apenas quando as condições estabelecidas em seu conjunto forem mais benéficas ao trabalhador. Autor: dep. Rubens Otoni – PT/GO.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 279/2019**

Altera o art. 394-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o afastamento da empregada gestante ou lactante de atividades, operações ou locais insalubres em qualquer grau. Autor: dep. Rubens Otoni – PT/GO.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 280/2019**

Revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que dispõem sobre a prescrição processual. Autor: dep. Rubens Otoni – PT/GO.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 281/2019**

Acrescenta dispositivo a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas, de doações, contribuições e patrocínios efetuados a entidades filantrópicas no apoio a projetos relacionados às atividades de prevenção do uso de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes químicos, e dá outras providências. Autor: deputado Rubens Otoni (PT/GO).

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 284/2019**

Altera o art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, para dispor sobre as horas in itinere. Autor: dep. Rubens Otoni – PT/GO.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 285/2019**

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT para dispor sobre os descansos intrajornada e entre jornadas. Autor: dep. Rubens Otoni – PT/GO.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 287/2019**

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, a fim de dispor sobre a remuneração do trabalhado. Autor: dep. Rubens Otoni – PT/GO.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 288/2019**

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a rescisão contratual, revogando-se os arts. 477, 477-A, 477-B e 484-A. Autor: dep. Rubens Otoni – PT/GO.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 292/2019**

Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis Trabalhistas para tornar conceder licença aos pais ou responsáveis legais para o acompanhamento de filhos em tratamentos oncológicos ou internados. Autor: dep. Rubens Otoni – PT/GO.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 294/2019**

Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis Trabalhistas para tornar efetiva vedação a diferença salarial em razão de gênero e etnia. Autor: dep. Rubens Otoni – PT/GO.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 297/2019**

Acrescenta dispositivo à Lei 7.827 de 27 de setembro de 1989, para incluir os municípios do norte de Goiás na área de aplicação de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte. Autor: deputado Rubens Otoni (PT/GO).

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 299/2019**

Altera e acrescenta dispositivos à Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Autor: dep. Rubens Otoni – PT/GO.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 301/2019**

Altera os Arts. 4º-A e 5º-A da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para restringir a terceirização à atividade-meio. Autor: dep. Rubens Otoni – PT/GO.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 321/2019**

Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para proibir práticas discriminatórias, para efeitos admissionais, de promoção ou de permanência no emprego. Autor: dep. Edna Henrique - PSDB/PB.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 339/2019**

Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar que os editais de licitação contenham a cláusula disciplinada pelos referidos dispositivos, e dá outras providências. Autor: dep. David Soares - DEM/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 349/2019**

Altera a alíquota do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados dos ciclomotores na posição 8711.60.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM. Autor: dep. Felipe Carreras - PSB/PE.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 353/2019**

Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis Trabalhistas para dispor sobre período aquisitivo e de gozo de férias. Autor: dep. Rubens Otoni - PT/GO.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 358/2019**

Altera a Lei nº 9.605, de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor sobre o valor das multas em caso de desastre ambiental. Autor: dep. Leandre - PV/PR.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 363/2019**

Revoga o § 2º do art. 2º e altera a redação do § 3º do art. 4º, ambos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei, cria o conselho de controle de atividades financeiras – COAF. Autor: dep. Alceu Moreira - MDB/RS.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 370/2019**

Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo para o período de 2020 a 2023. Autor: dep. Gleisi Hoffmann - PT/PR.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 372/2019**

Altera a Lei no 11.482, de 31 de maio de 2007, para modificar a faixa de isenção constante na tabela progressiva do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física. Autor: dep. Gleisi Hoffmann - PT/PR.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 379/2019**

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos os crimes de associação criminosa, corrupção passiva e ativa, peculato, e os crimes contra licitações relativos a contratos, programas e ações nas áreas da saúde pública; altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para aumentar a pena nos crimes contra licitações relativos a contratos, programas e ações nas áreas da saúde pública; altera as leis nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e nº 8.429, de 2 de junho de 1992 para agravar a pena sempre que o ato ilícito cometido causar prejuízo para a saúde pública. Autor: dep. Dr. Leonardo - NI/MT.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 384/2019**

Altera a altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para direcionar parte dos recursos obtidos pela aplicação das multas ambientais a ações em educação ambiental. Autor: dep. Rafael Motta - PSB/RN.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 387/2019**

Permite a dedução de despesas com aquisição de bens e serviços necessários para a utilização de energia solar ou eólica da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas e da contribuição social sobre o lucro. Autor: dep. Rafael Motta - PSB/RN.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 396/2019**

Altera os arts. 110, 112, I, 116 e 117, e acrescenta § 2º ao art. 337-B, todos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, que versam sobre o prazo prescricional penal. Autor: dep. Rubens Bueno - PPS/PR.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 411/2019**

Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para dispor sobre a frustração ou fraude em licitação. Autor: dep. Rubens Bueno - PPS/PR.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 418/2019**

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, para fortalecer a cobrança da dívida ativa da União. Autor: dep. Rubens Bueno - PPS/PR.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 421/2019**

Altera o Decreto Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para estabelecer que nos casos de condenação nos crimes de corrupção passiva, corrupção ativa e corrupção ativa e

corrupção ativa em transação comercial internacional, e havendo decretação de monitoração eletrônica como medida cautelar diversa da prisão, os custos serão de responsabilidade do condenado. Autor: dep. Rubens Bueno - PPS/PR.

#### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 428/2019**

Acrescenta incisos ao art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer que a contratação de pessoas com deficiência será, quando houver oferta local de mão de obra habilitada ou reabilitada, proporcional ao tipo de deficiência. Autor: dep. Rubens Bueno - PPS/PR.

#### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 435/2019**

Dispõe sobre a política de incentivo ao primeiro emprego e dá outras providências. Autor: dep. Rubens Bueno - PPS/PR.

#### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 438/2019**

Acrescenta inciso ao parágrafo 3º do artigo 392 do Decreto-Lei 5452 de 1º maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho, que institui o acréscimo de dias de licença maternidade nos partos prematuros. Autor: dep. Rubens Bueno - PPS/PR.

#### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 442/2019**

Altera a Lei 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. Autor: dep. Rubens Bueno - PPS/PR.

#### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 447/2019**

Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar a redução da jornada de trabalho do responsável legal por pessoa com deficiência dependente de terceiros, nas condições que especifica. Autor: dep. Valmir Assunção.

#### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 457/2019**

Altera o artigo 39 da Lei no 12.288, de 20 de julho de 2010, para instituir a obrigatoriedade de reserva de vagas para a população negra nas empresas com mais de vinte empregados. Autor: dep. Valmir Assunção.

#### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 461/2019**

Dispõe sobre os parâmetros para a concessão de gratuidade em serviços judiciais e extrajudiciais para pessoas físicas e dá outras providências. Autor: dep. Luis Miranda - DEM/DF.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 469/2019**

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, e frete, e dá outras providências", e a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, que "Institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências". Autor: dep. Perpétua Almeida - PCdoB/AC.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 472/2019**

Altera o art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e o art. 71 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prorrogar o início da licença-maternidade e o período de recebimento do salário-maternidade quando, após o parto, a mulher ou o seu filho permanecerem em internação hospitalar por mais de três dias. Autor: dep. Paula Belmonte - PPS/DF.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 476/2019**

Altera a Lei no 8.730, de 10 de novembro de 1993, que estabelece a declaração de bens e rendas, para estabelecer sindicâncias patrimoniais aleatórias. Autor: dep. Rodrigo Agostinho - PSB/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 478/2019**

Estabelece diretrizes para a Política Nacional de Prevenção à Corrupção nas Contratações Públicas.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 494/2019**

Altera o Código Penal para tipificar o crime de demissão por motivo ideológico e atribuir à justiça trabalhista competência para processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho. Autor: dep. Helder Salomão - PT/ES.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 498/2019**

Altera a Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que trata da Legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. Autor: dep. Fernando Rodolfo - PHS/PE.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 503/2019**

Altera o art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o art. 71 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer que o prazo da licença-maternidade e do salário-maternidade seja acrescido do número de dias decorridos entre o parto e a alta hospitalar da criança, na hipótese de prematuridade ao fim de garantir o pleno desenvolvimento do bebê. Autor: dep. Sergio Souza - MDB/PR.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 507/2019**

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer o início do prazo de prescrição relativo à cobrança de dívida do consumidor. Autor: dep. Pr. Marco Feliciano - PODE/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 511/2019**

Dispõe sobre as decisões judiciais proferidas em plantões judiciários. Autor: dep. Luiz Lima - PSL/RJ.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 512/2019**

Altera os incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para atualizar os valores determinantes das modalidades de licitação. Autor: dep. Eduardo Bismarck - PDT/CE.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 513/2019**

Altera o art. 43 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para a inversão de fases no procedimento de licitação. Autor: dep. Eduardo Bismarck - PDT/CE'.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 514/2019**

Altera o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir a palavra "transparência" como princípio garantido ao processo licitatório. Autor: dep. Eduardo Bismarck - PDT/CE.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 515/2019**

Altera a Lei nº 12.334, de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens. Autor: dep. Eduardo Braide - PMN/MA.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 518/2019**

Altera o art. 67 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para aumentar a pena cominada. Autor: dep. Lincoln Portela - PR/MG.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 520/2019**

Acrescenta o inciso IV ao §7º do art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para criar causa de aumento de pena de 1/3 (um terço) até a metade da pena do homicídio, se a vítima for trabalhador em exercício de suas atividades laborais. Autor: dep. Lincoln Portela - PR/MG.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 525/2019**

Altera a Lei nº 6.109, de 3 de janeiro de 1974, para restringir a terceirização às atividades-meio das empresas. Autor: dep. Helder Salomão - PT/ES.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 528/2019**

Altera a Lei da Ação Popular, para fixar parâmetros para a aferição do dano nos casos de fraudes em licitações e dos valores de indenização nas hipóteses de ajuizamento de ação popular preventiva e de propositura de ação popular para a reparação de danos decorrentes do fornecimento de produtos ou serviços deficientes e dá outras providências. Autor: dep. Igor Timo - PODE/MG.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 529/2019**

Dispõe sobre a prerrogativa dos órgãos de controle interno e externo de auditar as participações societárias minoritárias de empresas públicas, sociedades de economia mista ou suas subsidiárias. Autor: dep. Igor Timo - PODE/MG.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 533/2019**

Acrescenta o parágrafo único ao artigo 17 e § 3º ao artigo 491, ambos do Código de Processo Civil. Autor: dep. Júlio Delgado - PSB/MG.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 554/2019**

Dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada. Autor: dep. Carlos Jordy - PSL/RJ.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 569/2019**

Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT para dispor sobre a estabilidade no emprego dos empregados responsáveis por pessoa com deficiência. Autor: dep. Vicentinho Júnior - PR/TO.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 570/2019**

Torna hediondos os crimes ambientais, quando afetam gravemente ecossistemas e coloquem em risco a vida e a saúde humanas. Autor: dep. Joenia Wapichana - REDE/RR.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 571/2019**

Altera a Lei nº 6.830/1980, para inserir o parágrafo § 5º no art. 4ª, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências. Autor: dep. Natália Bonavides - PT/RN.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 572/2019**

Altera o Decreto-lei nº 2.848/1940, para modificar a redação do § 1º do art. 337, e dá outras providências. Autor: dep. Natália Bonavides - PT/RN.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 573/2019**

Altera a Lei nº 8.397/92, dando nova redação ao art. 1º, alterando seu parágrafo único, e acrescentando o inciso XX ao art. 2º, e dá outras providências. Autor: dep. Natália Bonavides - PT/RN.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 590/2019**

Dispõe sobre a utilização das taxas de controle de incentivos fiscais (TCIF) e de serviços (TS), devidas à SUFRAMA. Autor: deputado Capitão Alberto Neto (PRB/AM).



### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 608/2019**

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para estabelecer a responsabilidade solidaria de estabelecimentos comerciais pela prática de abuso ou maus-tratos perpetrada por seus funcionários em suas dependências. Autor: dep. Eros Biondini - PROS/MG.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 614/2019**

Revoga os artigos 223-A e 223-G, §§ 1º e 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto - Lei nº. 5.452, com a redação dada pela Lei nº. 13.467, de 13 de junho de 2017, a fim de revogar os limites impostos ao valor das reparações de danos de natureza extrapatrimonial decorrentes da relação de trabalho. Autor: dep. Margarida Salomão - PT/MG.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 624/2019**

Institui a Política Nacional de Dados Abertos e dá outras providências. Autor: deputado Luiz Nishimori (PR/PR).

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 630/2019**

Autoriza o Poder Executivo a proceder na remissão dos débitos tributários, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, com exigibilidade suspensa ou não, das contribuições de que tratam os incisos I e II do artigo 25 da Lei n.º 8.212, de 1991, com redação dada pela Lei nº 10.256, de 2001, bem como a prevista originalmente no inciso I e II do artigo 25, da Lei nº 8.870, de 1994. Autor: dep. Jerônimo Goergen - PP/RS.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 640/2019**

Dispõe acerca da compensação do impacto tarifário causado pela pequena densidade de carga das concessionárias e permissionárias de distribuição com mercados próprios inferiores a 700 GWh por ano e altera as Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996. Autor: deputada Angela Amin (PP/SC).

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 645/2019**

Concede benefícios tributários a empresas que contratem trabalhadoras que sejam mães de crianças de até 14 anos de idade. Autor: dep. Vander Loubet - PT/MS.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 709/2019**

Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para tipificar criminalmente a conduta de corrupção privada. Autor: Dep. Luiz Lima.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 720/2019**

Acrescenta o inciso III ao art. 1.048 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Autor: dep. Schiavinato - PP/PR.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 738/2019**

Dispõe sobre o Cadastro Nacional do Registro Comercial. Autor: dep. Ricardo Teobaldo - PODE/PE.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 759/2019**

Altera as Leis nº 10.260, de 12 de julho de 2001 e nº 8.036, de 11 de maio de 1990 para fixar novo prazo de carência nos financiamentos e autorizar a renegociação de contratos; e autorizar a movimentação de conta vinculada do FGTS do trabalhador para o pagamento de dívida contraída junto ao FIES. Autor: deputado Bacelar (PODE/BA).

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 760/2019**

Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências. Autor: dep. Bacelar - PODE/BA.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 767/2019**

Torna crime contra a ordem tributária a compensação de valores não permitidos, nos termos da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. Autor: dep. Geninho Zuliani - DEM/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 769/2019**

Acresce dispositivo à Lei nº 8.078/1990, que dispõe sobre o Código de Defesa do Consumidor, para instituir mecanismo de proteção e fortalecimento da parte lesada no âmbito das relações jurídicas de baixíssima expressão econômica. Autor: dep. Geninho Zuliani - DEM/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 772/2019**

Altera o artigo 3º da Lei 13.726 de 8 de outubro de 2018 para desburocratizar a relação dos entes públicos com as pessoas jurídicas de direito privado. Autor: dep. Rubens Pereira Júnior - PCdoB/MA.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 775/2019**

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, para adequar o texto a Emenda Constitucional N.º 24, de 09 de dezembro de 1999, e dá outras providências. Autor: dep. Rubens Pereira Júnior - PCdoB/MA.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 799/2019**

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o prazo decadencial do direito do consumidor de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação na hipótese de haver garantia contratual. Autor: dep. Senado Federal - Eduardo Amorim - PSC/SE.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 800/2019**

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre cadastros de consumidores e para estabelecer medida de prevenção ao endividamento excessivo do consumidor. Autor: Senado Federal - Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 819/2019**

Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre o trabalho temporário e a prestação de serviços a terceiros. Autor: dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança - PSL/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 821/2019**

Altera os incisos I e II do §2º do art. 21 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para alterar os prazos mínimos de publicação das modalidades de licitação "concorrência". Autor: dep. Eduardo Bismarck - PDT/CE.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 836/2019**

Altera o Código de Processo Penal, para atribuir ao tribunal do júri a competência para julgar os crimes de corrupção passiva e ativa, quando a vantagem indevida for igual ou superior a quinhentos salários mínimos, e criar procedimento específico para o julgamento desses crimes. Autor: dep. José Medeiros - PODE/MT.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 846/2019**

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Lei de Crimes Ambientais, para exigir o laudo técnico dos danos ocasionados pela conduta emitido por órgão fiscalizador competente para configuração do tipo penal inscrito no art. 55. Autor: dep. Nicoletti - PSL/RR.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 854/2019**

Altera o art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para destinar mercadorias apreendidas a beneficiários do Programa Bolsa Família. Autor: dep. Frei Anastacio Ribeiro - PT/PB.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 855/2019**

Institui a licença parental em todo território nacional. Autor: dep. Talíria Petrone - PSOL/RJ.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 881/2019**

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para criminalizar o uso de caixa dois em eleições. Autor: Poder Executivo.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 882/2019**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e a Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018, para estabelecer medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência a pessoa. Autor: Poder Executivo.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 894/2019**

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para tornar obrigatória a divulgação em sítio eletrônico da contratada do inteiro teor de contratos e termos aditivos celebrados com os órgãos e entidades da Administração Pública regidos pela Lei. Autor: dep. Marcos Pereira - PRB/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 895/2019**

Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para tornar obrigatória a divulgação no portal na internet da contratada do inteiro teor de contratos e termos aditivos celebrados com empresa pública, sociedade de economia mista e suas subsidiárias. Autor: dep. Marcos Pereira - PRB/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 913/2019**

Revoga expressamente o §1º, e seus incisos, e o §2º do art. 223-G da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Autor: dep. Maria do Rosário - PT/RS.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 915/2019**

Dispõe sobre a neutralização de emissão de gases de efeito estufa de eventos realizados às margens de represas, lagos, rios e córregos, em todo o território nacional. Autor: dep. Alexandre Leite - DEM/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 918/2019**

Sobre os crimes praticados contra ambientalistas. Autor: dep. Juninho do Pneu - DEM/RJ.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 935/2019**

Dispõe sobre a cassação de alvará de licença e funcionamento de estabelecimento que comercializar produto oriundo de crime. Autor: Dep. Sergio Vidigal - PDT/ES.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 16/2019**

“Susta os efeitos do Decreto 9.661, editado pela Presidência da República em 01 de janeiro de 2019, que fixa o valor do salário mínimo em R\$998,00 (novecentos e noventa e oito reais). Autor: senador Paulo Rocha (PT/PA).

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 547/2019**

Altera a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, para dispor sobre o valor do salário mínimo em 2019. Autor: sen. Paulo Rocha – PT/PA, sen. Jean Paul Prates – PT/RN.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 552/2019**

Institui o Fundo Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e autoriza deduzir do imposto sobre a renda das pessoas físicas e das pessoas jurídicas as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência. Autor: senador Paulo Paim (PT/RS).

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 553/2019**

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para prever critérios objetivos para a aplicação da pena à pessoa jurídica condenada por crime ambiental. Autor: sen. Styvenson Valentim – PODE/RN.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 578/2019**

Permite a dedução da contribuição patronal devida, do valor da Bolsa Família recebido pelo empregado, enquanto durar a relação de emprego. Autor: senador Alvaro Dias (PODE/PR).

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 579/2019**

Altera dispositivos da Lei 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização. Autor: sen. Alvaro Dias – PODE/PR.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 581/2019**

Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dar à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas o mesmo tratamento fiscal dado à distribuição de lucros ou dividendos aos sócios ou acionistas. Autor: sen. Álvaro Dias – PODE/PR.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 587/2019**

Acrescenta art. 627-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a imposição de multas a pequenos agricultores durante o período de calamidade pública decorrente de frustração na produção por fatores climáticos negativos e dá outras providências. Autor: sen. Álvaro Dias – PODE/PR.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 605/2019**

Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo para o período de 2020 a 2023. Autor: sen. Humberto Costa – PT/PE e outros.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 657/2019**

Acrescenta §§ aos artigos 240 e 797 da lei 13.105, de 26 de março de 2015. (novo Código de Processo Civil). Autor: sen. Weverton – PDT/MA.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 664/2019**

Altera o parágrafo único do art. 32 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para exigir que o fornecedor de bens no mercado nacional oferte peças de reposição por período não inferior a dez anos após cessadas a produção ou a importação. Autor: sen. Ciro Nogueira – PP/PI.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 673/2019**

Altera a Lei nº 13.102, de 2015 (Código de Processo Civil). Autor: sen. Weverton – PDT/MA.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 685/2019**

Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que ‘dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências’, a fim de permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador para fomentar a abertura de micro e pequenas empresas. Autor: senador Jorginho Mello (PR/SC).

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 703/2019**

Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015. Autor: Poder Executivo.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 712/2019**

Dispõe acerca da compensação do impacto tarifário causado pela baixa densidade de carga das concessionárias e permissionárias de distribuição com mercados próprios inferiores a 700 GWh por ano e altera as Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996. Autor: senador Esperidião Amin (PP/SC).

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 724/2019**

Torna obrigatória a utilização de patamares mínimos de água de reúso por plantas industriais e prédios comerciais que se instalarem em regiões de baixa precipitação pluviométrica. Autor: sen. Veneziano Vital do Rêgo – PSB/PB.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 746/2019**

Acrescenta inciso VII ao art. 15 e art. 120-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da qualidade de seguro das vítimas, diretas ou indiretas, de desastres ambientais e catástrofes naturais e o ressarcimento dos benefícios concedidos e das contribuições inviabilizadas em decorrência dos eventos citados e dá outras providências. Autor: senador Paulo Paim (PT/RS).

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 866/2019**

Altera dispositivos da Lei nº 12.846, de 2013, para prever a restituição de incentivos financeiros (clawback) devidos ou pagos a dirigentes e administradores, em caso de atos cometidos contra a administração pública. Autor: sen. Alessandro Vieira – PPS/SE.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 875/2019**

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para tratar da conversão de multas. Autor: sen. Telmário Mota – PROS/RR.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 880/2019**

Institui o Marco Legal da Nanotecnologia e Materiais Avançados; dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação nanotecnológica; altera as Leis nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências. Autor: Senador Jorginho Mello.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 23/2019**

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 a fim de incentivar a pesquisa e desenvolvimento da Nanotecnologia no Brasil. Autor: sen. Jorginho Mello – PR/SC.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 26/2019**

Altera o art. 156 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever expressamente a dação em pagamento de bens móveis entre as modalidades de extinção do crédito tributário. Autor: sen. Antonio Anastasia – PSDB/MG.

## **ESTADUAL**

---

### **ALESP – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 2/2019**

Revoga o item 6 (seis) do § 7º do artigo 16 da Lei Complementar nº 1.025, de 07 de dezembro de 2007, que estabelece decurso de prazo para a aprovação das nomeações dos membros da Diretoria da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP. Autor: Beth Sahão.

### **ALESP - PROJETO DE LEI Nº 4/2019**

Cria o Plano Estadual de Desburocratização - Empreenda Fácil com o objetivo de simplificar e acelerar os processos de abertura, licenciamento e fechamento de empresas, e melhorar o ambiente empreendedor do Estado de São Paulo. Autor: Dep. Itamar Borges (MDB).

## **ALESP - PROJETO DE LEI Nº 24/2019**

Autoriza o Poder Executivo a criar o programa “Bolsa Empreendedor”, no âmbito do Estado de São Paulo, e fixa outras providências. Autor: Deputado Bruno Caetano.

# **METALÚRGICAS, MECÂNICAS E MATERIAL ELÉTRICO**

---

## **FEDERAL**

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 603/2019**

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para determinar que todo projétil de arma de fogo conterá dispositivo que possibilite a identificação de seu lote, que será de no máximo mil unidades; as forças armadas, polícias e guardas municipais registrarão os lotes e quantidade de munição recebidos, o destino da distribuição das munições dentro da instituição e a finalidade de uso, com a identificação dos usuários; o Exército fará inspeções semestrais nas empresas que fabricam e distribuem armas de fogo e munições; as delegacias registrarão nas ocorrências de infração penal todas as informações de identificação da arma e da munição disponíveis; e define o prazo de um ano para a integração do Sinarm e do Sigma. Autor: sen. Styvenson Valentim – PODE/RN.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 204/2019**

Dispõe sobre a transparência e publicidade de relações financeiras estabelecidas entre a indústria da área da saúde e os médicos. Autor: dep. Roberto de Lucena - PODE/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 235/2019**

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para isentar portadores de Síndrome de Down de IPI na aquisição de veículo automotor. Autor: deputado Ney Leprevost (PSD/PR).

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 333/2019**

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para aquisição efetuada com interstício menor de 2 anos, nas condições que determina. Autor: deputada Carmen Zanotto (PPS/SC).

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 439/2019**

Dispõe sobre os requisitos essenciais dos implantes cirúrgicos, estabelece a notificação compulsória das falhas detectadas em implantes e dá outras providências. Autor: dep. Rubens Bueno - PPS/PR.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 732/2019**

Altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, para regular a marcação de identificação das armas de fogo e munições. Autor: dep. Alessandro Molon - PSB/RJ.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 809/2019**

Estabelece normas sobre venda, aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo, munições e insumos de recarga, em território nacional; dá nova redação aos artigos 157, 158, 288, 288-A e 351, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940; e revoga as Leis nºs 10.826, de 22 de dezem-



-bro de 2003, e 10.834, de 29 de dezembro de 2003. Autor: dep. Alexandre Leite - DEM/SP.

#### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 874/2019**

Dispõe sobre medidas para promover o aumento do número de pontos públicos de carregamento de veículos elétricos. Autor: dep. Edna Henrique - PSDB/PB.

#### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 914/2019**

Altera as Leis nº 12.977, de 20 de maio de 2014, e nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para estabelecer meta mínima de reciclagem de veículos destinados a unidades de desmontagem e para determinar que depósitos de veículos adotem medidas para evitar poluição ambiental e riscos à saúde. Autor: dep. Hugo Leal - PSD/RJ.

## **QUÍMICA E FARMACÊUTICA**

---

### **FEDERAL**

#### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 42/2019**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de alerta em embalagens de cosméticos de todos os gêneros sobre a realização ou não de testes em animais na fase de desenvolvimento e acompanhamento do respectivo produto. Autor: dep. Fred Costa - PATRI/MG.

#### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 267/2019**

Dispõe sobre a oferta de medicamentos essenciais ao tratamento do paciente oncológico pelas indústrias farmacêuticas. Autor: dep. Dr. Frederico - PATRI/MG.

#### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 272/2019**

"Dispõe sobre a tributação dos protetores solares".

#### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 315/2019**

Veda aos estabelecimentos comerciais o fornecimento de sacolas plásticas aos clientes para o acondicionamento de produtos vendidos. Autor: dep. Rubens Otoni - PT/GO.

#### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 317/2019**

Veda a utilização de garrafas PET para embalagem de alimentos e bebidas. Autor: dep. Rubens Otoni - PT/GO.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 426/2019**

Acrescenta o §2º ao art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para determinar que o número de lote e as datas de fabricação e validade dos medicamentos devem ser impressas nos rótulos e embalagens primárias e secundárias de forma visível, ostensiva e acessível para o consumidor. Autor: dep. Rubens Bueno - PPS/PR.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 427/2019**

Altera a Lei nº 9.976, de 3 de julho de 2000, que dispõe sobre a produção de cloro e dá outras providências, fixando prazo para a substituição das células de mercúrio por tecnologias de menor potencial poluidor. Autor: dep. Rubens Bueno - PPS/PR.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 545/2019**

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para determinar o recolhimento de produtos de uso veterinário, seus resíduos e embalagens e incluí-los entre os itens sujeitos à logística reversa. Autor: dep. Covatti Filho - PP/RS.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 560/2019**

Altera o Art. 3º, da Lei nº 7.802 de 11 de julho de 1989, e dá outras providências. Autor: dep. Paulo Pimenta - PT/RS.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 654/2019**

Dispõe sobre a obrigatoriedade da informação sobre a composição de produtos de higiene, de cosméticos e de produtos alimentícios em português. Autor: dep. Luis Tibé - AVANTE/MG.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 706/2019**

Dispõe sobre a proibição, em todo o território nacional, da fabricação, do comércio e do uso de fogos de artifício barulhentos. Autor: dep. Célio Studart - PV/CE.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 890/2019**

Dispõe sobre o uso de sacolas, copos e canudos plásticos biodegradáveis para acondicionamento de produtos e mercadorias a serem utilizadas nos estabelecimentos comerciais em todo território nacional. Autor: dep. Pompeo de Mattos - PDT/RS.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 616/2019**

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para dispor sobre a regulação ambiental de cosméticos, e dispõe sobre a proibição de protetores solares considerados tóxicos para os recifes de corais. Autor: sen. Lasier Martins – PODE/RS.

**ANS - CONSULTA PÚBLICA Nº 72/2019 – PROCESSO REGULATÓRIO NO ÂMBITO DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR**

A Consulta Pública tem como finalidade reunir informações, subsídios, sugestões ou críticas relativas à Resolução Normativa que dispõe sobre o processo regulatório, relativo à análise de impacto regulatório, à avaliação de resultado regulatório e aos meios de participação social e de tomada de decisão, no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Período: 18/02/2019 a 19/03/2019.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – DIRETORIA COLEGIADA - CONSULTA PÚBLICA Nº 599/2019**

Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da resolução que dispõe sobre o Regulamento Técnico MERCOSUL sobre a lista positiva de aditivos destinados à elaboração de materiais plásticos e revestimentos poliméricos em contato com alimentos, e dá outras providências.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. CONSULTA PÚBLICA Nº 600/2019**

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da Proposta de Segunda Edição do Formulário Homeopático da Farmacopeia Brasileira.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE - ANVISA. CONSULTA PÚBLICA Nº 601/2019**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, a proposta em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 5 de fevereiro de 2019, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação. Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta que dispõe sobre o ingrediente ativo P30 - Praletrina, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2003.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE - ANVISA. CONSULTA PÚBLICA Nº 602/2019**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, a proposta em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 5 de fevereiro de 2019, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação. Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta que dispõe sobre o ingrediente ativo P34 - Piriproxifem, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2003.

### **MINISTÉRIO DA SAÚDE - ANVISA. CONSULTA PÚBLICA Nº 603/2019**

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta que dispõe sobre o ingrediente ativo C74 - Ciantraniliprole, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n. 165, de 29 de agosto de 2003, no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2003.

### **MINISTÉRIO DA SAÚDE - ANVISA. CONSULTA PÚBLICA Nº 604/2019**

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta que dispõe sobre o ingrediente ativo M17 - Metomil, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2003.

### **MINISTÉRIO DA SAÚDE - ANVISA. CONSULTA PÚBLICA Nº 605/2019**

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta que dispõe sobre o ingrediente ativo D06 - Deltametrina, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2003.

### **MINISTÉRIO DA SAÚDE - ANVISA. CONSULTA PÚBLICA Nº 606/2019**

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta que dispõe sobre o ingrediente ativo C64 - Clotianidina, contida na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2003.

### **MINISTÉRIO DA SAÚDE - ANVISA. CONSULTA PÚBLICA Nº 607/2019**

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta que dispõe sobre o ingrediente ativo F43 - Fipronil, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2003.

### **MINISTÉRIO DA SAÚDE - ANVISA. CONSULTA PÚBLICA Nº 608/2019**

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta que dispõe sobre o ingrediente ativo I13 - Imidacloprido, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2003.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA. INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. CONSULTA PÚBLICA  
Nº 1/2019**

O Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, no uso de suas atribuições legais e com base na Resolução da Presidência nº 10, de 18 de março de 2013, adota a seguinte Consulta Pública e determina a sua publicação: Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à nova versão das DIRETRIZES DE EXAME DE PEDIDOS DE PATENTE NA ÁREA DE BIOTECNOLOGIA.

**AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - TOMADA PÚBLICA DE CONTRIBUIÇÕES Nº 6/2018**

**OBJETIVO:** Coletar contribuições, dados e informações sobre promoção da concorrência e desverticalização na indústria de gás natural, assim como o aumento da oferta de gás natural ao mercado. **PRAZO:** 03/03/2019.

**AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - CONSULTA PÚBLICA Nº 1/2019**

**OBJETIVO:** Recolher subsídios para revisão da Portaria ANP nº 170/2002, que regulamenta a atividade de transporte a granel de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis por meio aquaviário, compreendendo as navegações de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo, de apoio portuário e interior, conforme Ação 14.1 da Agenda Regulatória 2017-2018, tendo em vista as alterações pelas quais a minuta de resolução passou desde a realização da Consulta e Audiência Pública nº 21/2017. **PRAZO:** 19/02/2019.

**AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO – CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICAS Nº 2/2019**

**OBJETIVO:** Obter subsídios e informações adicionais sobre a proposta de Resolução ANP que alterará dispositivo na Resolução ANP nº 52/2010 que estabelece as especificações dos combustíveis destinados ao uso aquaviário, reduzindo o limite máximo no teor de enxofre dos óleos combustíveis marítimos para as embarcações que não dispuserem de sistema de limpeza de gases de escape. **PRAZO:** 27/02/2019.

**AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO – CONSULTA PÚBLICA Nº 32/2018**

**OBJETIVO:** Obter sugestões quanto aos dados da ANP os quais se considera mais importantes e/ou urgentes de serem publicados em formato aberto, indicando sua prioridade em relação aos demais dados colocados em consulta. **PRAZO:** 04/03/2019.

## **ALIMENTAÇÃO**

---

### **FEDERAL**

**SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 575/2019**

Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite. Autor: sen. Álvaro Dias – PODE/PR.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2019**

Dispõem sobre a regulamentação da cobrança das taxas de juros nas operações de crédito à produtores rurais e dá outras providências. Autor: dep. Alceu Moreira - MDB/RS.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 32/2019**

Proíbe o uso da substância Caramelo IV nos refrigerantes, sucos, demais bebidas e produtos comestíveis no Brasil. Autor: dep. Luis Miranda - DEM/DF.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 250/2019**

Eleva a tributação aplicável às bebidas processadas adicionadas de açúcar, edulcorantes e aromatizantes a fim de estimular seu consumo consciente. Autor: dep. Assis Carvalho - PT/PI.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 487/2019**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de se informar o consumidor acerca da presença de glúten em produtos industrializados. Autor: dep. Capitão Wagner - PROS/CE.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 597/2019**

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que "institui normas básicas sobre alimentos", para dispor sobre alimentos integrais. Autor: dep. Flávia Arruda - PR/DF.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 615/2019**

Altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para estabelecer que sucos industrializados sejam compostos de no mínimo 35% de fruta ou parte do vegetal de origem. Autor: dep. Luiz Nishimori - PR/PR.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 618/2019**

Altera a Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, para disciplinar a pesca esportiva. Autor: dep. Luiz Nishimori - PR/PR.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 649/2019**

Dispõe sobre a proibição de descarte ou destruição deliberada de alimentos próprios ao consumo humano. Autor: dep. Sergio Vidigal - PDT/ES.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 873/2019**

Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para dispor sobre a utilização de sistema de monitoramento por Circuito Fechado de Televisão - CFTV como meio auxiliar de fiscalização nos estabelecimentos industriais destinados ao abate de animais. Autor: dep. Edna Henrique - PSDB/PB.

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 891/2019**

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir a veiculação de publicidade de bebidas alcoólicas nos aeroportos brasileiros, e dá outras providências. Autor: dep. Cezinha de Madureira - PSD/SP.

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 1064/2019**

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir óleos e gorduras de uso culinário como produtos do sistema de logística reversa.

# **INDÚSTRIAS URBANAS**

---

## **FEDERAL**

### **ANEEL – CONSULTA PÚBLICA Nº 003/2019**

Obter subsídios para a Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) da regulação por incentivos do segmento de distribuição de energia elétrica, avaliando o ambiente regulatório quanto à utilização de tecnologias na melhoria do serviço, na eficiência energética e no desenvolvimento do negócio (item nº 31 da Agenda Regulatória da ANEEL 2018/2019).

### **ANATEL - CONSULTA PÚBLICA Nº 53/2019**

Proposta de Regulamento de Fiscalização Regulatória. Prazo: 27/03/2019 às 23:59:00.

### **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - IBAMA. DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL. CONSULTA PÚBLICA Nº 2/2019**

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama torna pública a consulta para contribuições da sociedade civil e entidades interessadas à proposta do Guia de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) para Sistemas de Transmissão de Energia, 1ª etapa, que será utilizado como referência nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos desta tipologia, conduzidos pelo Ibama. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas as contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico <https://www.ibama.gov.br/consultaspublicas/1888-consulta-publica-guia-de-avaliacao-de-impacto-ambiental-para-sistemas-de-transmissao-de-energia-1-etapa>.

CLAUDIA JEANNE DA SILVA BARROS Diretora de Licenciamento Ambiental Substituta. Prazo para envio de comentários e sugestões: até 12 de abril de 2019.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8/2019**

Susta o Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018. Autor: deputado Marcon (PT/RS).

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31/2019**

Susta o § 4º do Art. 1º do Decreto nº 9.642 de 27 de dezembro de 2018. Autor: dep. Mário Negro Monte Jr. - PP/BA.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 32/2019**

Susta o Decreto nº 9.642, 27 de dezembro de 2018. Autor: dep. Evair Vieira de Melo - PP/ES.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 34/2019**

Suspende os efeitos do Decreto nº 9.642/2018, que "Altera o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, para dispor sobre a redução gradativa dos descontos concedidos em tarifa de uso do sistema de distribuição e tarifa de energia elétrica. Autor: dep. Sebastião Oliveira - PR/PE.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 35/2019**

Susta os efeitos do Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, que altera o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, para dispor sobre a redução gradativa dos descontos concedidos em tarifa de uso do sistema de distribuição e tarifa de energia elétrica. Autor: dep. Jerônimo Goergen - PP/RS.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 151/2019**

Cria a modalidade do consumo de energia elétrica pré-paga. Autor: dep. José Nelto - PODE/GO.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 240/2019**

Dispõe sobre compra de energia pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica para atendimento do mercado cativo. Autor: dep. Júnior Ferrari - PSD/PA.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 290/2019**

Estabelece critérios para a política de reajustes da energia elétrica em todo o território nacional. Autor: dep. Rubens Otoni – PT/GO.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 323/2019**

Modifica a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para regulamentar a identificação de irregularidades no consumo de energia elétrica. Autor: dep. Edna Henrique - PSDB/PB.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 539/2019**

Institui a modalidade de pré-pagamento do consumo de energia elétrica. Autor: dep. Pedro Lucas Fernandes - PTB/MA.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 574/2019**

Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para estabelecer que 50% do valor das multas aplicadas pela ANEEL sejam repassadas aos Estados-membros, para a promoção de melhorias na universalização e no serviço de distribuição de energia elétrica, conforme regulamentação a ser estabelecida pela ANEEL. Autor: deputado Giovani Cherini (PR/RS).



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 795/2019**

Dispõe sobre a conversão de redes de distribuição de energia elétrica aéreas em subterrâneas e dá outras providências. Autor: dep. Reinhold Stephanes Junior - PSD/PR.

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 911/2019**

Dispõe sobre a ampliação do uso da energia solar. Autor: dep. Jose Mario Schreiner - DEM/GO.

# **AGRONEGÓCIO**

---

## **FEDERAL**

## **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 764/2019**

Altera a redação do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que institui normas para fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências. Autor: sen. Chico Rodrigues – DEM/RR.

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 55/2019**

Torna obrigatória a exposição nos rótulos das rações animais de todos os nutrientes contidos em suas composições, com as respectivas quantidades. Autor: dep. Fred Costa - PATRI/MG.

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 149/2019**

Institui a Política Nacional de Incentivo à Agricultura de Precisão visando maior eficiência na aplicação de recursos e insumos de produção, de forma a diminuir o desperdício, reduzir os custos de produção, aumentar a produtividade, a lucratividade e a garantir a sustentabilidade ambiental. Autor: dep. Heitor Schuch - PSB/RS.

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 289/2019**

Estabelece abrangência nacional ao fundo Garantia-Safra e ao Benefício Garantia-Safra, instituídos pela Lei 10.420 de 10 de abril de 2002. Autor: dep. Rubens Otoni – PT/GO.

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 354/2019**

Altera a redação do artigo 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir a prioridade de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar aos produtores rurais familiares. Autor: dep. Tereza Cristina - DEM/MS.

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 355/2019**

Institui a Política Nacional de Incentivo à Agricultura e Pecuária de Precisão. Autor: dep. Tereza Cristina - DEM/MS.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 361/2019**

Institui a Política Nacional de Incentivo à Agricultura de Precisão. Autor: dep. Alceu Moreira - MDB/RS.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 365/2019**

Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas em Crimes Rurais, nos municípios com mais de noventa e cinco mil habitantes. Autor: dep. Alceu Moreira - MDB/RS.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 366/2019**

Cria incentivos fiscais e creditícios para proprietários de imóveis rurais que adotem ações para a proteção e recuperação de nascentes e demais recursos hídricos, e dá outras providências. Autor: dep. Alceu Moreira - MDB/RS.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 367/2019**

Institui o Fundo Nacional do Desenvolvimento Rural e Produção Agrícola e dá outras providências. Autor: dep. Alceu Moreira - MDB/RS.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 368/2019**

Dispõe acerca da constituição de imóvel rural ou fração deste como patrimônio de afetação, institui a cédula imobiliária rural, e dá outras providências. Autor: dep. Alceu Moreira - MDB/RS.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 471/2019**

Altera os artigos 429 e 430 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de dispor sobre a contratação de aprendizes pelos empreendimentos da agricultura familiar. Autor: dep. Célio Moura - PT/TO.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 477/2019**

Dispõe sobre o tratamento tributário a ser conferido às novas empresas de tecnologia do agronegócio (Startup Agro). Autor: dep. Jose Mario Schreiner - DEM/GO.

## **INDÚSTRIAS EXTRATIVAS**

---

### **FEDERAL**

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 37/2019**

Altera a Lei Complementar no 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer a competência da União nos licenciamentos ambientais destinados a executar pesquisa lavra ou extração de recursos minerais em Estados compreendidos na Amazônia Legal. Autor: dep. Nicoletti - PSL/RR.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 18/2019**

Estabelece princípios e regras específicos para barragens destinadas à acumulação ou à disposição final ou temporária de rejeitos e resíduos industriais ou de mineração e a barragens de água ou líquidos associados a processos industriais ou de mineração, independentemente do porte e do potencial poluidor, em caráter complementar à Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). Autor: dep. Alessandro Molon - PSB/RJ; Rosana Valle - PSB/SP; Bira do Pindaré - PSB/MA e outros.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 19/2019**

Altera a Lei 7.990, de 1989, para dispor sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Autor: dep. Alessandro Molon - PSB/RJ; Bira do Pindaré - PSB/MA; Danilo Cabral - PSB/PE e outros.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 20/2019**

Acrescenta dispositivo à Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para proibir o uso do método de alteamento a montante na instalação de barragem destinada à acumulação ou à disposição final ou temporária de rejeitos ou resíduos de mineração. Autor: dep. Weliton Prado - PROS/MG; Alessandro Molon - PSB/RJ; Aliel Machado - PSB/PR.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 30/2019**

Altera a Lei n. 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, para aprimorar os requisitos de elaboração e os critérios para implantação do Plano de Ação de Emergência (PAE). Autor: dep. Cássio Andrade - PSB/PA.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 109/2019**

Altera a Lei nº 12.334, de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens, e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, Código de Mineração. Autor: dep. Rodrigo Agostinho - PSB/SP.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 110/2019**

Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, para dar nova redação aos arts. 3º e 8º. Autor: dep. Celso Sabino - PSDB/PA.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 184/2019**

Altera a Lei nº 12.334, de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens. Autor: dep. Igor Timo - PODE/MG.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 188/2019**

Estabelece critérios obrigatórios para construção e descomissionamento de barragens de rejeitos de mineração institui a obrigatoriedade de contratação de seguro contra o rompimento ou vazamento de barragens e dá outras providências. Autor: dep. Rogério Correia - PT/MG.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 336/2019**

Altera a Lei n.º 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, para aprimorar os requisitos de elaboração e os critérios para implantação do Plano de Ação de Emergência (PAE). Autor: dep. Carmen Zanotto - PPS/SC.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 356/2019**

Altera a Lei n.º 12.334, de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens. Autor: dep. Leandre - PV/PR.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 357/2019**

Altera a Lei n.º 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para equiparar a resíduos perigosos os rejeitos de mineração depositados em barragens à jusante das quais existam comunidades que possam ser atingidas por seu eventual rompimento e para prever a utilização de instrumentos econômicos para a redução de geração e o aproveitamento desses rejeitos e o desenvolvimento de tecnologias de maior ganho social e menor risco ambiental. Autor: dep. Leandre - PV/PR.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 359/2019**

Altera a Lei n.º 12.334, de 20 de setembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens. Autor: dep. Leandre - PV/PR.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 516/2019**

Acrescenta parágrafo único ao art. 22 da lei n.º 12.334, de 20 de setembro de 2010 para responsabilizar o agente público que der causa a descumprimento das determinações previstas pela Política Nacional de Segurança de Barragens. Autor: dep. Eduardo Braide - PMN/MA.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 716/2019**

Acrescenta o art. 10-A à Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para dispor sobre a contratação de seguro e outras garantias para fins de licenciamento ambiental de barragens de rejeitos de minérios. Autor: dep. Fábio Trad - PSD/MS.

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 793/2019**

Estabelece obrigatoriedade de contratação de seguro contra o rompimento ou vazamento de barragens, determina responsabilização em casos de acidentes nas barragens e dá outras providências. Autor: dep. Rubens Pereira Júnior - PCdoB/MA.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 550/2019**

Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB. Autor: sen. Leila Barros – PSB/DF.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 635/2019**

Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB. Autor: sen. Lasier Martins – PODE/RS.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 643/2019**

Dispõe sobre o atendimento a condições de preservação ambiental e de saúde e segurança dos trabalhadores, para a realização das atividades de lavra mineral no país. Autor: sen. Veneziano Vital do Rêgo – PSB/PB.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 646/2019**

Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB); a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB; a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tornar hediondo o crime de poluição ambiental com resultado morte; e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para instituir causa de aumento de pena no crime de poluição com resultado de morte. Autor: sen. Randolfe Rodrigues – REDE/AP.

### **SENADO FEDERAL – PROJETO DE LEI Nº 681/2019**

Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, a fim de criar punição mais rigorosa nos casos de rompimento de barragem. Autor: sen. Jorginho Mello – PR/SC.

## **INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO**

---

FEDERAL

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 293/2019**

Altera e acrescenta dispositivos à Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 para regular a destinação ou disposição final de resíduos provenientes da construção civil e das demolições. Autor: dep. Rubens Otoni – PT/GO.

## CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 888/2019

Dá nova redação ao §6º do art. 4º e acrescenta o artigo 11 à Lei no 10.931, de 2 de agosto de 2004 que trata de patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; dá nova redação ao art. 2º e acrescenta o art. 2º-A à Lei 12.024, de 27 de agosto de 2009 que dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Autor: dep. Marcelo Ramos - PR/AM.

# INFRAESTRUTURA

---

## FEDERAL

### COMUNICADO ARSESP COMUNICA A ABERTURA DA CONSULTA PÚBLICA Nº 02/2019

Com base no processo 0252/2018, conforme decisão proferida na Reunião de Diretoria 480 de 06-02-2019. Objeto: Critérios e condições para o reconhecimento tarifário do repasse de parcela da receita direta dos prestadores, regulados pela Arsesp, aos fundos municipais de saneamento básico. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES: os documentos referentes a esta Consulta Pública, incluindo o regulamento com os procedimentos para participação, o modelo para envio de contribuições, a Nota Técnica NT.F-0009-2019 e a minuta de deliberação, estão à disposição dos interessados, a partir das 18h do dia 08-02-2019 nos seguintes endereços: Internet: <https://www.arsesp.sp.gov.br/SitePages/consultas-publicas.aspx> Sede da ARSESP: Avenida Paulista, 2313, 4º andar, CEP 01311-300 - São Paulo-SP

PERÍODO PARA ENVIO CONTRIBUIÇÕES: de 11-02-2019 a 11-03-2019. FORMA DE PARTICIPAÇÃO: as contribuições e manifestações devem ser feitas por escrito e enviadas por meio do endereço eletrônico: [consultapublica@arsesp.sp.gov.br](mailto:consultapublica@arsesp.sp.gov.br), fax (11) 3293-5107, ou para a sede da ARSESP (Avenida Paulista, 2313, 4º andar, CEP 01311-300 - São Paulo – SP), até às 18 horas do dia 11-03-2019, de acordo com o regulamento. Após o encerramento do período de Consulta Pública, a ARSESP divulgará, em seu site, a integralidade das contribuições e manifestações recebidas. (pág. 4).

## CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 910/2019

Altera a Lei no 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências, para alterar os critérios de julgamento em licitações de concessão e arrendamento e para criar o Fundo de Investimento em Infraestrutura Portuária. Autor: dep. Samuel Moreira - PSDB/SP.

# INDÚSTRIAS GRÁFICAS

---

## FEDERAL

### CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 41/2019

Dispõe sobre a rotulagem de produtos desenvolvidos a partir de testes em animais. Autor: dep. Fred Costa - PATRI/MG.

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS – PROJETO DE LEI Nº 440/2019**

Acrescenta o art. 37-A à Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para exigir a presença de quantidades mínimas de matérias-primas extraídas da flora brasileira nos produtos industrializados para que os respectivos rótulos e embalagens possam mencionar a origem natural do produto. Autor: dep. Rubens Bueno - PPS/PR.

---